

A crise do golfo muda a negociação

230 Dívida Ext 28 SET 1990

GAZETA MERCANTIL

por Claudia de Souza
de Nova York

A equipe econômica do governo Collor está adotando um discurso firme e unânime para dirigir-se aos credores internacionais. Falando ontem em Nova York em diferentes momentos do dia, o negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antonio Kandir — juntos, eles deverão sentar-se à mesa de negociações com o comitê dos bancos no próximo dia 10 —, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, repetiram a mesma argumentação.

“Vamos pagar a dívida e queremos pagá-la dentro dos limites das nossas possibilidades, sem reviver os fluxos inflacionários, sem inviabilizar um plano que nos está conduzindo na rota da estabilidade”, declarou a ministra ao dirigir-se aos 350 empresários presentes



Zélia Cardoso de Mello

ao seminário “Business Opportunities with Economic Modernization”, promovido por este jornal com apoio do Council of the Americas.

Respondendo mais tarde aos jornalistas, ela voltou a negar a possibilidade de um pagamento simbólico. “O presidente não disse isso”, ela afirmou. Seu negociador da dívida fizera um discurso afirmando que o Brasil não levará “fórmulas mágicas” ao encontro

com os credores privados. “Ainda existem visões simplistas de que temos amplas reservas e capacidade de pagamento sem levar em conta a crise mundial, cujo contorno ainda não pode ser avaliado”, declarou o embaixador Dauster aos empresários.

Numa inusitada unidade da equipe em relação ao diagnóstico e plano de atuação a ser estabelecido com relação à negociação da dívida, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, afirmou durante a manhã que o Brasil não fará um acordo que leve o País daqui a seis meses a acumular atrasados novamente.

Falando a este jornal, o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, explicou que a argumentação que o Brasil fará aos credores comerciais deverá mudar de ênfase. Além da vinculação da restrição fiscal à capacidade de pagar a dívida por parte do governo brasileiro, os negociadores brasileiros deverão apresentar o argumento de que a atual crise do petróleo superpõe às limitações de ordem orçamentária uma limitação de ordem cambial.

O Brasil terá sua capacidade de gerar divisas e sua economia de modo geral seriamente afetadas por este choque do petróleo que, se não é tão forte como o que ocorreu na década de 70, tem consequências mais sérias sobre as taxas de juro internacionais. Além de estar diante de taxas de juro mais altas, o Brasil está perdendo exportações que iriam para a região do conflito, enfrenta um petróleo mais caro e a perspectiva de queda de suas exportações de modo geral, com a queda da demanda internacional por bens como um todo.